



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo Regional

Senhoras e Senhores Membros do Governo

A crise social agrava-se nos Açores. Esta é a constatação que todos os indicadores económicos e sociais, infelizmente, confirmam.

O desemprego atingiu marcas históricas e, conforme apontam todos os estudos nacionais e internacionais, continuará a crescer, durante o próximo ano.

Esta situação é ainda agravada, pelo facto de todos conhecermos as péssimas condições do emprego existente.

A precariedade alastra e consolida-se, tendo agora força de lei, com o Código de Trabalho do Partido Socialista. Se a esta situação juntarmos o facto de vivermos numa Região, onde metade dos trabalhadores por conta de outrem ganharem menos de 600 euros mensais e onde a inflação chega a atingir os 2 % acima do Continente, temos bem noção das imensas dificuldades por que passam, inevitavelmente, a grande maioria dos açorianos e açorianas.

Ninguém desmentirá as dificuldades acrescidas porque passam, praticamente, todos os sectores, do Turismo à Agricultura, do Comércio à diminuição drástica do rendimento na Pesca.

É esta a realidade, nua e crua. Muito pouco colorida, se quisermos ser optimistas; talvez negra, se quisermos ser realistas. E a responsabilidade, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo, não é do Bloco de Esquerda,



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



nem da sua recusa em 'tapar o sol com a peneira', na vã esperança de que 'enquanto o pau vai e vem, folgam as costas'...

Aliás, a culpa até é da crise internacional, como se apressa (e, mais uma vez, se apressará) o Governo Regional a afirmar, aligeirando responsabilidades que também são suas.

Pois não foi a maioria socialista - que dá suporte ao actual Governo Regional – a receber o mandato do povo Açoriano, com base na promessa de que a crise não chegaria aos Açores, desde que (é claro!) dessem a maioria absoluta ao PS?

E esta promessa não foi feita na Pré –História, foi feita há um ano atrás.

E foi ainda preciso que o PS perdesse a maioria absoluta, em eleições nacionais, para tomar algumas medidas a favor dos mais desprotegidos.

É o caso do alargamento do acesso ao subsídio de desemprego, medida que o PS/Açores nunca reivindicou.

Os resultados estão à vista: as medidas anticrise a favor dos trabalhadores, cá como na República, ou não chegam ou chegam tarde.

Seria bom reconhecermos todos – sobretudo, aqueles que teimam em tudo privatizar - que as consequências da crise ainda não são mais terríveis, nos Açores, porque cerca de 40% das trabalhadoras e dos trabalhadores açorianos dependem do sector público, directamente e cerca de 20%, indirectamente.

Para nós, Bloco de Esquerda, a Economia deve estar ao serviço da comunidade; logo, as pessoas devem ser o centro da atenção das políticas económicas. Esta é uma das lições desta crise financeira e económica que não pode ser esquecida.

E esta lição obriga-nos a reconhecer que uma economia assente em baixíssimos salários, com sectores económicos de pouco valor acrescentado, é uma economia em crise e, por isso mesmo, vulnerável a qualquer abanão internacional; situação que 13



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



anos de governação socialista não conseguiu inverter, antes insistindo em políticas de continuidade deste modelo.

Esta lição obriga-nos a reconhecer que o modelo económico neoliberal, cuja preocupação central tem sido a preparação de sectores públicos essenciais e de empresas para entregar, nas melhores condições possíveis, ao sector privado, afecta drasticamente os cofres públicos e as populações, sob a capa fictícia de um empreendedorismo inexistente.

Esta lição obriga-nos, também, a reconhecer que a permanente contemporização com as “derrapagens nas obras públicas”, mais não é do que alienar dinheiro público e fomentar práticas atentatórias da democracia. A este flagelo regional juntam-se, ainda, gastos em obras faraónicas desnecessárias e de legalidade duvidosa, cujo símbolo emblemático se mantém no acesso à Fajã do Calhau.

Esta lição obriga-nos a reconhecer que a alienação da posição geoestratégica dos Açores, permitindo que esta se torne numa alavanca para a guerra, ao invés de se constituir como uma alavanca para o progresso e riqueza da Região, é uma decisão errada, do ponto de vista político e económico. Erro que o Governo Regional pretende agravar ainda mais, correndo o risco dos Açores passarem a ser conhecidos, no exterior, como a frota da América e já não só como o porta-aviões. Ao mesmo tempo que assistimos a uma tímida e incipiente aposta na economia do mar.

Esta lição obriga-nos a reconhecer a urgência de um combate sem tréguas à economia paralela, batalha esta que cabia ao Governo Regional ser o principal interessado e impulsionador, em conjugação com outros departamentos do Estado. A serem correctos os números recentemente avançados (e nunca desmentidos), estamos perante uma situação escandalosa, susceptível de representar uma quebra de receitas superior a 100 milhões de euros anuais. Como se vê, afinal, há dinheiro.

Muito pragmaticamente, são estes os traços essenciais do que tem sido o eixo da governação do Partido Socialista.



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



E a má notícia, para os Açorianos e as Açorianas, é que o Plano e Orçamento, hoje e aqui em discussão, não apresenta nenhum sinal de inversão destas políticas.

Num orçamento, os números são a expressão de opções ideológicas e políticas e estas estão, claramente, espelhadas, neste que temos em mãos.

Certamente que consideramos positivo o reforço de verbas para a Solidariedade Social, tendo em conta o previsível agravamento das condições de vida das populações. Mas já não podemos concordar com a política de habitação social impulsionada pelo Governo e seguida de perto pelas Autarquias. Ao arrepio das novas políticas urbanísticas dos países avançados (como, por exemplo, em Nova Iorque), nos Açores, não se pratica uma política de inclusão, mas de novos guetos, concentrando os problemas, aumentando as despesas e criando bombas sociais com rebentamento a prazo.

Ao invés de aumentar a transparência, assistimos à proliferação de empresas públicas desnecessárias, como é exemplo o recente anúncio de mais uma, agora, para a gestão ambiental. Ora, como a vida tem provado à sociedade, estas empresas são, objectivamente, um expediente para 'boys and girls' dos partidos do poder, trazendo à vida pública mais opacidade. Esta prática nefasta seguida de perto, também, pelas Autarquias, não pode, em nome dos interesses públicos, merecer a nossa concordância.

Para finalizar, outro exemplo paradigmático: os transportes.

Os transportes são comumente aceites como um factor potenciador de desenvolvimento. Esta verdade universal, nos Açores, não se aplica.

Na nossa Região, os transportes são caríssimos para os utentes, mais caros do que em qualquer lugar do país - e, quiçá, do Mundo -, tendo em conta o poder de compra. Além de serem caros, não existe articulação entre eles.



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



O Plano e a política do Governo, neste sector, são elucidativas. Há uma estratégia, mais ou menos perceptível, para cada empresa de per si, mas não há, concerteza, uma política integrada e eficaz de transportes (aéreos, marítimos e terrestres) que garanta a todos o direito à mobilidade que lhes assiste. Talvez - dizemos nós - porque o apetite privatizador espreita e espera pelo momento oportuno.

A continuidade destas políticas que - atrevo-me a prever - o debate agora iniciado vai aclarar e confirmar, não pode contar com o apoio do Bloco de Esquerda.

Participaremos, neste debate, em coerência com a alternativa política que assumimos, enquanto partido da oposição e, nesse sentido, apresentaremos propostas que pugnam pela transparência e pelo rigor, na gestão da coisa pública.

Disse.